

**O PAPEL DO HOMEM NA ATUALIDADE: A PRAXIS DO TORNAR-SE PAI**

The role of man on topicality: the práxis to be coming father

**CÁCERES, Pedro Felipe Manzi**

Centro Universitário Jaguariúna

**FRANCATTI, Ariane**

Centro Universitário Jaguariúna

**GOTARDELO, Larissa**

Centro Universitário Jaguariúna

**SOUZA, Luciana Gomes Almeida de**

Centro Universitário Jaguariúna

**RESUMO:** O presente artigo teve como objetivo analisar as percepções sobre a prática do tornar-se pai, considerando os sentimentos envolvidos, as influências e a assistência ofertada nesse processo, a fim de entender como se constitui a relação entre pai e filho. Participaram do estudo 19 homens pais e alunos do Centro Universitário onde se desenvolveu a pesquisa de campo. Esta pesquisa qualitativa teve como instrumento um questionário semiestruturado de dez perguntas. Constata-se que há um avanço no que se refere a maior engajamento na relação paterna. Porém a mãe ainda é socialmente vista como a maior responsável. Observaram-se também o quanto às vivências familiares influenciam no desempenho desse papel e também o estímulo da mulher no estabelecimento dessa relação. Conclui-se que apesar da observação de uma maior participação dos pais na presente pesquisa, ainda sim, é um tema que precisa de maior aprofundamento científico.

**Palavras-Chave:** Paternidade; Transgeracionalidade; Psicologia Social.

**Abstract:** This article aims to analyze the perceptions about the practice of becoming a parent, considering the feelings involved, the influences and the assistance offered in this process, in order to understand how the relationship between father and child is constituted. Nineteen fathers who are also students of the University, participated in the study. This qualitative research had as its instrument a semistructured questionnaire of ten questions. It is noticed that there is an advance in what concerns the greater engagement in the paternal relation. But the mother is still socially regarded as the most responsible. It was also observed how family experiences influence the performance of this role and also the stimulation of the woman in the establishment of this relationship. It is concluded that despite the observation of a greater participation of the parents in the present research, it is still a subject that needs more scientific deepening.

**Palavras-Chave:** Paternity; Transgenerationality; Social Psychology.

**INTRODUÇÃO**

Os papéis sociais atribuídos aos homens e mulheres têm sofrido alterações com o passar dos tempos. O que segundo Rezende & Alonso

(1995) e Ramires (1997), ocorre sob influência dos movimentos feministas (que defendem igualdade de deveres e direito), da inserção e consolidação da mulher no mercado de trabalho e do crescente número de pais que “abortam seus filhos”. Estas mudanças proporcionam novas possibilidades sobre a paternidade no contexto familiar, assim como representam novas demandas para estes contextos. Que até então era consolidada sobre uma rígida divisão de papéis sexuais e pelo distanciamento entre o lar e o espaço de trabalho.

No entanto, Wagner & Staudt (2008) defendem que essa nova realidade ou demanda familiar, enfrenta a resistência de ideais cristalizados e propagados pela cultura, como os associados a questões biológicas de amamentação e gestação. Que por sua vez sustentam também a crença de que os filhos não podem ficar sem os cuidados da mãe.

As diferenças idealizadas e culturalmente aceitas em nossa sociedade, que eximem o pai do papel de educador/cuidador, enquanto sobrecarregam e isolam a mãe como única capaz ou responsável pela criação, estão diretamente ligadas as questões de gênero e são tão amplamente aceitas que podem ser observadas em nossas leis trabalhistas. Ilustram esta questão as licenças-maternidade e paternidade por exemplo, com 120 e 5 dias de licença concedidos, respectivamente pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT,2005). Sabemos que este direito este que até então era negado aos homens, mas pensando nesta realidade questiona-se como esta diferenciação afeta a relação pai-bebê?

Segundo Finn & Henwood (2009) citado por Moraes & Granato (2016), em relação ao mercado de trabalho formal, muitos pais descreveram uma grande dificuldade de retornar ao trabalho, devido: o distanciamento com o bebê e seu desenvolvimento. Já outros se referem um sentimento de culpa pela intensa dedicação ao trabalho, sentindo-se excluídos do cotidiano familiar, embora conscientes da necessidade de retornar ao trabalho.

Outro importante aspecto a ser considerado é a influência do modelo paterno vivido na infância. Segundo Mores & Granato (2016), e Krob (2009), aqueles que se tornam pais passam a reproduzir os aspectos positivos e negativos de sua relação paterna de quando eram filhos.

É por esse processo de reprodução que, segundo Falcke & Walgner (2005), e Wagner & Staudt (2008), evidencia-se a transmissão de valores, crenças, normas e mitos de geração para geração nas mais diversas culturas.

Tendo em vista a complexidade envolvida, devido a multifatorialidade que compõem as demandas sociais atribuídas não só a mãe, mas ao pai também. O presente trabalho busca compreender o papel do homem na atualidade quanto a paternidade; investigando facetas do processo de descoberta da paternidade; seu desenvolvimento; sua relação com os modelos parentais vivenciados durante a infância; a influência da mãe no exercício da paternidade e a compreensão dos pais quanto as políticas públicas e empregatícias voltadas para eles.

Mediante o que foi trazido até aqui acreditamos ser um assunto de grande relevância social, uma vez que trata de aspectos sociais de lenta desconstrução, principalmente no que se refere a supervalorização, socialmente instituída, da relação mãe-bebê em comparação a pai-bebê. Que se mantém por estereótipos ainda consolidados, como: o do pai como principal provedor do lar, prejuízos quanto à habilidade paterna para o cuidado dos filhos, exclusão das políticas públicas e diferentes direitos trabalhistas que impedem o caminhar das relações de acordo com as novas demandas sociais.

Para tal, realizou-se pesquisa de campo sobre reflexões levantadas, investigando os sentimentos envolvidos nas alterações que ocorrem ao tornar-se pai; como o homem enxerga o papel paterno na atualidade; a participação nas atividades voltadas para o bebê; as dificuldades enfrentadas na condição de pai, na própria relação com o cônjuge e com o bebê. Além dos desejos voltados para o desempenho do papel e da relação.

Assim, reiteram-se o déficit de pesquisas ainda existentes sobre o assunto, salientando que há grande relevância para os estudantes de psicologia abordar questões da paternidade a fim de conhecer e dar visibilidade ao papel do pai, frente a uma sociedade que tem uma mãe idealizada e exclusivamente responsável pelos cuidados do bebê, ao mesmo tempo que galga maiores espaços fora das relações familiares.

Desta forma, viabilizar novas contribuições sobre o tema e novas intervenções que atendam a demanda dos homens que se tornaram ou se tornarão pais, acolhendo, apoiando e potencializando suas qualidades.

Principalmente no que se tange as relações parentais. Podendo trazer respostas à problemática e gerar grandes contribuições a novas reflexões, quem sabe desconstruindo conceitos engessados e motivando a mudança de atitudes, crenças, valores, direitos e obrigações.

## METODOLOGIA

Para embasar o presente projeto, uma breve pesquisa foi realizada através das palavras chaves: “homem, pai e contemporâneo” que foram nos seguintes indexadores de dados Scielo Brasil (<http://www.scielo.br>), Pepsic – Periódicos Eletrônicos em Psicologia – ([pepsic.bvsalud.org](http://pepsic.bvsalud.org)), LILACS ([lilacs.bvsalud.org](http://lilacs.bvsalud.org)) e Bireme ([www.bireme.br](http://www.bireme.br)). Os resultados foram submetidos aos seguintes critérios de exclusão: artigos científicos repetidos em mais de uma base de dados, ou artigos científicos referentes ao assunto mediante leitura do resumo, artigos com texto em português, ou ainda artigos incompletos. Considerando-se tais critérios de exclusão, os artigos foram lidos em sua íntegra e puderam compor a base teórica para análise das entrevistas realizadas sobre o tema.

Realizou-se também uma pesquisa de campo no campus II do Centro Universitário de Jaguariúna - UNIFAJ, com alunos do sexo masculino e pais. Tais alunos foram convidados aleatoriamente, para participar da seguinte entrevista semiaberta:

1. *Qual o sexo e idade do seu (s) filho (s)?*
2. *Você tem relação conjugal com a mãe de seu (s) filho (s)?*
3. *Quais foram os sentimentos que vieram à tona no momento em que você descobriu que seria pai?*
4. *Você acredita que existem semelhanças na função ser pai e ser mãe?*
5. *Você vê diferença entre ser pai e ser mãe?*
6. *Você observou mudanças em seu comportamento após tornar-se pai?*
7. *Suas compreensões atuais sobre paternidade e maternidade foram vividas por você com os seus pais?*
8. *Qual sua percepção dos pais no ponto de vista filho? E do ponto de vista pai?*
9. *Quais as influências da mãe na sua relação com seu filho?*
10. *Qual sua percepção sobre políticas públicas empregatícias e a paternidade? (Questões elaboradas pelos autores para fins desta pesquisa)*

Os convites foram realizados nas salas de aula durante o período noturno. A aleatoriedade se deu pela liberação ou não dos professores responsáveis das salas do campus II da UNIFAJ e pelo interesse, ou não, em participar dos alunos. As entrevistas foram agendadas e realizadas com os alunos que manifestaram interesse, até que somaram o total de 19 entrevistas para compor o trabalho. As entrevistas foram manuscritas, e permanecerão sob a tutela do grupo de autores durante o período de 5 anos, para análise dos dados e consultas futuras.

Participantes foram excluídos da pesquisa mediante os seguintes critérios: alunos homens que não sejam pais, que não estudam na faculdade, que por algum motivo se neguem a participar da pesquisa, seja por falta de interesse, de tempo, desconhecimento do tema ou qualquer outro motivo que julgue importante para não colaborar.

O critério de inclusão predeterminado era o de que os primeiros vinte alunos, homens, pais, encontrados na aleatoriedade estabelecida comporiam o total de entrevistados. No entanto, nos deparamos com uma baixa adesão à pesquisa. Que passou a ser um empecilho devido a aproximação das datas limites para a entrega deste trabalho de conclusão de curso.

Não houve riscos físicos ou emocionais aos colaboradores. Assim como não houve benefício outro que a reflexão sobre a própria paternidade no momento da entrevista.

O presente projeto foi inserido para apreciação sob o número CAAE: 67850217.7.0000.5409 e obteve parecer no 2.053.447 como aprovado.

As entrevistas foram analisadas segundo a busca do invariante e à luz de conceitos da psicologia social como o de identidade, consciência de si e consciência social além de discussões sobre concepções ideológicas acerca da paternidade.

As análises foram realizadas mediante leitura na íntegra das entrevistas, novo percorrer pelos textos que fundamentam a pesquisa, agrupamento de respostas similares para observação da frequência com que alguns tópicos ou respostas apareciam de forma similar, reagrupamento de elementos relevantes mediante a subjetividade e compreensão do grupo de autores, que sob à luz da teoria proposta debateu e examinou as respostas obtidas para a construção de análises relevantes e congruentes.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na pesquisa bibliográfica que visava o embasamento teórico foram encontrados 44 artigos, sendo 03 no Scielo, 01 no Pepsic, 14 no LILACS e 26 no Bireme. Após exclusão dos artigos repetidos, dos artigos que não abordavam o tema mediante leitura dos resumos, dos artigos que não estavam em português e dos incompletos, restaram 9 artigos. Nestes artigos foram encontradas outras referências bibliográficas, que foram selecionadas devido a frequência em que apareceram nos artigos, para compor o embasamento do presente artigo. Com o intuito de diminuir o déficit de conteúdo científico encontrado a respeito da paternidade. Além de auxiliar na compreensão do tema pela comunidade científica.

A partir da percepção de que o baixo número de pesquisas a respeito da paternidade já é um reflexo cultural dos ideais cristalizados que Wagner & Staudt (2008), trazem como aquilo que matem a mulher como principal responsável pelos filhos e que, portanto, deve dar conta de tudo sozinha. Buscamos compreender melhor como acontece a relação entre pai e filho. Para tal, foram utilizadas as seguintes perguntas da entrevista: “Você tem relação conjugal com a mãe de seu (s) filho (s)?”; “Quais foram os sentimentos que vieram à tona no momento em que você descobriu que seria pai?”; e “Você observou mudanças em seu comportamento após tornar-se pai?”. Compilando os dados notou-se que a maioria dos entrevistados tem relação conjugal com a mãe de seu filho (a) ou filhos (as). Dos 19 entrevistados 12 possuem relação conjugal com as mães, enquanto 7 não.

Quanto aos sentimentos evocados pelo tornar-se pai, 11 entre os 19 entrevistados descreveram sentimentos como: desespero, medo e preocupação. No entanto, dentre estes 5 alegaram que com o passar do tempo e decorrer da gravidez foram se habituando com a ideia e tranquilizando-se. O que condiz com o que Krob, Piccinini e Silva (2009), trazem a respeito da gravidez para o pai. Que se trata de um período estressante, pois pode, entre outras coisas, desencadear conflitos sobre a própria paternidade, preocupações quanto as responsabilidades familiares, ansiedade quanto as necessidades financeiras e dificuldades em compreender as necessidades da

gestante. Apesar de não ter surgido nas entrevistas esta literatura traz ainda o medo quanto a gravidez, riscos e possíveis abortos.

Já para Jager e Bottoli (2011), o nascimento de um filho, ou seja, tornar-se pai é algo tão novo que origina medos por ambas as partes. E em relação ao pai, um desses medos pode ser o de perder a exclusividade dos sentimentos e atenção da companheira. O que não ficou evidenciado pelas respostas.

Krob et al. (2009), associam a ausência paterna ao medo e insegurança dos pais. No entanto, e apesar de não relacionar esse medo ao medo que surge ao tornar-se pai, definem ainda que o apoio e incentivo das mães são cruciais para o encorajamento e envolvimento do pai com o bebê.

O que nos leva a questionar quanto desse medo origina-se da falta de informação e conhecimento sobre a paternidade. Compreendemos o medo e sentimentos similares como naturais em situações de mudanças significativas, que naturalmente deslocam o indivíduo para fora da sua zona de conforto. No entanto a frequência com a qual recebemos essa resposta nos leva a crer na viabilidade de mais pesquisas, inclusive pesquisas sobre esse medo, sua origem e manutenção a fim de uma maior compreensão da paternidade em sua primeira instância.

Como apenas sete entrevistados citaram a felicidade como um sentimento que surgiu ao tornarem-se pais, não foi possível não relacionar esse número aos números de gravidez desejadas. Ou seja, o sentimento de medo ou felicidade está diretamente ligado ao fato de serem oriundos de gestações desejadas/planejadas ou não. Claro que gestações desejadas não eximem os pais de se preocuparem, bem como Santos e Kreutz (2014), que em estudo qualitativo com cinco pais em que as esposas estavam grávidas, apontam pai que mesmo relatando sentimentos de alegria devido ao tempo em que planejava tornar-se pai, mencionou também ter se deparado com preocupações, inclusive em relação ao cuidado do bebê.

O que nos leva às mudanças após tornar-se pais. Sobre o que 17 (dezessete) dos 19 (dezenove), entrevistados mencionaram o aumento ou ganho de responsabilidade, maturidade e organização financeira. Além de preocupação com as decisões futuras. No entanto, uma resposta destoou um pouco das outras. Na qual apesar do entrevistado afirmar a ocorrência de

mudanças, ele relatou que não foram tantas quanto ele esperava. Ou seja, ele criou uma expectativa quanto tudo o que mudaria ao tornar-se pai, segundo seu imaginário, e ao acontecer percebeu mudanças, mas não como estava aguardando.

*“Acho que observei. Mas... Antes de ser pai eu tinha uma expectativa imaginária de que eu iria mudar muito mais do que eu mudei. Eu acho que isso é uma grande ilusão que eu tinha, que eu tive. No sentido de achar que depois que meu filho nascer eu vou deixar de fazer muitas coisas. Eu acho que isso não é verdade, eu acho que eu mudei sim com relação ao meu comportamento, por que você adquire uma responsabilidade...”  
(O., filho de 8 anos)*

Tanto as mudanças, quanto as expectativas relacionadas a essas mudanças podem ser pensadas, se partirmos do que Jager e Battoli (2011), dizem quanto ao que tange as responsabilidades atribuídas aos do gênero masculino, como: provedor financeiro, educador e aquele que se preocupa com o futuro. Encontram-se questões sociais que podem ser universais. E que mesmo diante das mudanças que tornaram o pai mais presente no período puerperal, as questões socialmente aceitas como parte integrante da identidade paterna compõem uma rede complexa e autossuficiente de valores, ideais e expectativas que se atualizam e propagam pela cultura.

A forma como isso ocorre, como pelo menos especulamos acontecer, nos leva a uma quarta pergunta, a qual acreditamos ser relevante para a compreensão dessas relações, “Suas compreensões atuais sobre paternidade e maternidade foram vividas por você com os seus pais?”. A maioria dos participantes respondeu que sim.

Acreditamos que os indivíduos têm uma história singular e preexistente, o que nos leva a pesquisar os processos de heranças e transmissões familiares. Pois inevitavelmente, parte da identidade de cada sujeito está relacionada à estrutura de sua família, a qual se constitui através do legado familiar, ou seja, do que é transmitido de pais e mães para filhos (as), tais como valores e crenças, fenômeno este entendido por transgeracionalidade. Em outras palavras, o processo de transmissão familiar que faz parte da própria estruturação do núcleo da família e que é responsável pela perpetuação dos legados familiares entre gerações sucessivas. Nesse sentido, a compreensão da dinâmica familiar é fundamental para conhecer as



gerações anteriores e também para entender como se caracteriza a dinâmica familiar das gerações seguintes. (FALCKE, WAGNER, 2005; BOTTON, 2015).

A partir disso, compreende-se que pais e mães são modelos, através de identificação, para seus (as) filhos (as). No entanto, percebe-se em algumas respostas que alguns pais não tiveram contatos com seus genitores, ou ainda que tiveram experiências aversivas as quais tentam não repassar para seus filhos. O que leva a questionar a inevitabilidade da transgeracionalidade no contexto familiar. Mesmo nesses casos observa-se a transgeracionalidade.

*“Eu acho que bastante. Eu acho que o jeito que eles me criaram e o jeito que eu crio meus filhos agora são bem semelhantes. Tem algumas coisas que mudaram... Mas eu acho que o jeito que eu fui criado e o jeito que eu crio meus filhos são bem semelhantes.” (F. dois filhos de 5 anos e 1ano e 3meses)*

*“Eu acredito que sim. Foram vividas. Um pouco da minha história vai rebater lá na minha adoção, com 5 anos de idade. Então com a minha mãe biológica não rolou isso. Mas com meus pais adotivos sim..., então eu acho que eles me deram muito suporte pra eu conseguir ser pai, me deram muita estrutura, me deram muitos valores, me transmitiram muitas convicções que me ajudaram hoje a conseguir ser um pai presente e dedicado pensando no melhor...” (O.M.C filho de 8 anos)*

Além de ilustrar as vivências dos entrevistados com seus pais e a influência, segundo eles, delas no trato com os seus próprios filhos. Pode-se notar a valorização de uma relação mais participativa, afetuosa. E a evidência da transgeracionalidade atuando livre do vínculo consanguíneo, ou seja, sobre famílias adotivas e por que não, extensas.

Se considerarmos a definição de transgeracionalidade citado anteriormente: “como um processo de transmissão familiar que faz parte da própria estruturação do núcleo da família e que é responsável pela perpetuação dos valores e crenças pelos legados, entre gerações sucessivas” e a tendência, no que tange à educação intrafamiliar, de transmitir para os (as) filhos (as) uma estrutura de valores que facilite seu desenvolvimento social e, ao mesmo tempo, os privem do sofrimento vivido na educação que foi dada aos pais, numa tentativa de não reeditar aquilo que percebem como erros em sua própria educação.

Pode-se compreender ou especular que a transgeracionalidade, na verdade não corresponde somente a transmissão dos valores e crenças para as gerações futuras, mais também a sua manutenção, já que atua em indivíduos e fatores complexos, multidisciplinares e de caráter dinâmico. O que é respaldado por Wagner & Falcke, (2005) e Botton *et al.* (2015), que não compreendem a transmissão de valores como um processo de causa e efeito, mas sim um fenômeno que está inserido num contexto complexo em que múltiplas variáveis se cruzam e se complementam.

É por isso que enquanto alguns pais e mães tendem a repetir o que lhes foi ensinado, outros (as) se empenham em não repetir os padrões educativos recebidos na sua família de origem. Mediante o que julgam ser melhor, ou mais coerente para o desenvolvimento dos seus filhos.

Essa tentativa de não repassar aquilo que se julga desnecessário ou inapropriado, pode ser observada nas respostas de entrevistados que não tiveram vivências positivas ou com seus pais. “Não. Mas acho que exatamente por isso tentei suprir o que eu não tive”. (P. B. filha seis anos e filho dois anos)

*“Tive na infância maior contato com minha mãe, com quem eu mais conversava, tinha um contato mais direto, meu pai já era mais ausente, penso que por isso busco mais essa proximidade com minha filha, talvez para suprir uma ausência que tive na minha juventude”. (W.A. filha de 4 anos)*

“Não. O que eu estou vivendo agora é bem diferente do que eu vivi com os meus pais”. (R. P. filha de 2 anos e 9 meses). De acordo com Costa (2000) apud Studt & Wagner (2008), por serem as relações familiares tão marcantes e influentes na vida do sujeito, elas acabam por representar a base do comportamento futuro sem que o sujeito se dê conta da força que ela impõe em suas escolhas e decisões. A liberdade de escolha, na verdade, apresenta-se atrelada às relações familiares, que, por sua vez, estão permeadas pelo contexto em que se localizam, seja ele familiar, econômico, social e etc.

A contextualização social e tudo aquilo que é herdado das gerações anteriores sofrem impacto direto de outro fator importante que deve ser considerado. As questões de gênero e sua influência sobre todos os aspectos da paternidade. Entendemos que uma melhor compreensão se faz indispensável para a discussão da parentalidade contemporânea. Pois mesmo

sendo algo bastante discutido nos dias de hoje, os estereótipos relacionados à diferença de sexo ainda se mostram presentes e decisivos não somente nas relações sociais mais em nossa própria constituição, como já mencionado anteriormente.

Esses estereótipos são decorrentes da tradição estabelecida entre homens e mulheres. E podem ser observados em vários aspectos das relações familiares. Como por exemplo: na percepção já inadequada, mas ainda presente e propagada por ideais cristalizados sobre o cuidado dos filhos, em que a mulher nasce inata para tal, enquanto os homens como provedores que possuem dificuldades na relação paternal.

Toda a construção do que é ser homem ou mulher ocorre na infância. E passa inevitavelmente por todo o sistema de relações em que se vive. Segundo Negreiros & Féres-Carneiro (2004) apud Botton, Cúnico, Barcinski & Strey (2015), essa construção cultural acontece e se mantém dentro da família através da transgeracionalidade, pois é nela os papéis de gêneros são mantidos pela imitação que os filhos tendem a fazer de seus pais de acordo com a identificação. Ou seja, de acordo com os gêneros, as meninas tendem a se identificar com as mães e os meninos com os pais. E baseando-se tanto na observação direta quanto na interpretação que fazem do que é esperado, permitido e consentido para cada papel de gênero, vão realizando essa construção cultural.

O que condiz com STAUDT & WAGNER (2008), que defendem a estrutura sócio-histórico-cultural de determinada sociedade como algo que permeia a vida de homens e mulheres, e, certamente, tem efeito a respeito do pensar e do agir como pai e mãe. E conseqüentemente na formação e desenvolvimento dos filhos.

Compreendemos que com o rompimento atual com o que era familiar nuclear, e todas as outras discussões presentes hoje na sociedade sobre gênero, fazem desta questão ainda mais importante para o nosso trabalho. Pois permeia todos os papéis sociais. Numa tentativa de elucidar, mesmo que minimamente, o papel do homem na atualidade quanto a paternidade. Introduzimos duas perguntas ao questionário de entrevistas para investigar tais aspectos: “Você acredita que existem semelhanças na função ser pai e ser mãe?”; “Você vê diferença entre ser pai e ser mãe?”.

Nas respostas pode-se notar que o papel/função social atribuído aos pais foi sofrendo mudanças na medida em que os hábitos sociais foram se modificando. No entanto, essas mudanças são lentas e sofrem resistência cultural considerável. Por exemplo: o papel do pai, que outrora era de único provedor da família, mas que atualmente divide essa função com a mãe, depara-se com uma demanda de maiores responsabilidades e participação na criação dos filhos. Embora se tenha encontrado nas respostas um engajamento maior por parte dos pais quanto aos cuidados dos filhos, vários dos estudos que compõem a base de análise da presente pesquisa dizem que a mulher continua na posição, socialmente atribuída de principal cuidadora e educadora dos filhos. E tem uma parcela de responsabilidade nisso.

MELER (2000), *apud* STAUDT & WAGNER (2008) nos lembram ainda, que tradicionalmente a mulher sempre ocupou um papel de subjugação em relação à figura masculina. Como as formas de organizar a família e a sociedade acabam tornando-se formas eternizadas pela sociedade que as transmitem de geração a geração, mesmo que minimamente diferente, compondo o imaginário social que considerando as mulheres naturalmente inatas ao ser mãe. Isso por sua vez, se reflete na definição filho, filha, pai, criança, homem, mulher, sem que essas formas de relação sejam questionadas, o que garante a cristalização de cada papel.

Silva & Piccinini (2007), iniciam nossas reflexões quanto essa resistência, ao afirmar que a consolidação da mulher no mercado de trabalho esbarra na função até então atribuída ao pai: de essencialmente provedor do sustento econômico e de papel reduzido na criação dos seus filhos. E Wagner & Staudt (2008), aprofundam-se na explicação de como esse fenômeno ocorre. Para eles em outras palavras, os ideais cristalizados e propagados pela cultura, nos quais a mulher estaria instintivamente e biologicamente mais preparada para a maternagem do que o pai para a paternagem, ou que ela é a principal responsável pelos filhos e por isso deve dar conta sozinha, mesmo quando estiver atuando como provedora do lar juntamente com o pai. Empurram/mantem a mulher nessa condição, pois na maioria das vezes, sem encontrar outra saída à mulher aceita essa imposição social, o que por sua vez contribui para uma maior cristalização dessas crenças, mantendo os pais como aqueles que podem apenas ajudar quando e como puderem.

O que nos leva a reflexão de como auxiliar também as mães a deixarem esse lugar socialmente imposto. Ou seja, se a falta de recursos ou opções quanto aos papéis socialmente impostos as prendem ainda mais nesse ciclo. Como auxiliar ou romper este ciclo?

Dito isto, vamos às análises. Ao perguntar sobre as semelhanças entre ser pai e mãe (Você acredita que existem semelhanças na função serem pai e ser mãe?), obtivemos apenas uma resposta negativa dentre os 19 entrevistados. No entanto, surgiu uma variedade de respostas, nas quais os entrevistados afirmaram haver semelhanças, mas na verdade descrevem diferenças. Nestas respostas os ideais biológicos e inatos em relacionados a mãe apareceram em 100% dos casos. Confirmando o que foi encontrado no material teórico utilizado.

*“Claro, existem semelhanças sim. Acredito que a mãe tem uma relação de afeto maior, de proximidade maior com o bebê. Assim como existem semelhanças, existem diferenças. Acredito que até por conta da amamentação, tem esse tipo de relação, mas eu também tenho uma relação de afeto com ela.”  
(G.H. filha um 1 e 18 dias)*

No entanto, observou-se também a flexibilização do papel materno proposto por Lamb (1997) apud, Silva; Piccinini (2007), em que a definição de paternidade abrange, hoje, um grande número de atividades que há pouco eram compreendidas como funções exclusivas da mãe. “Sim, a gente separa, falando que a mãe é mais, não é por que a mãe amamenta que ela é mais, o pai tem sua parte e pode ser bem mais também na educação, na criação” (R.M. filha de um ano e dez meses).

Essa flexibilização está relacionada a outra importante flexibilização para uma maior participação dos pais nos cuidados dos filhos. A flexibilização do dilema que Wagner & Staudt (2008), apontam como o comprometimento da imagem do homem, ou até mesmo a própria masculinidade, devido maior engajamento na criação de seus filhos assumindo funções outrora exclusivas das mulheres. A nosso ver essa flexibilização é um importante passo em direção a desconstrução dos ideais socialmente aceitos e propagados, que mantém a mulher como principal responsável pelos filhos ao mesmo tempo em que isenta o homem. E nos mantém em uma sociedade machista em que para que o homem aborte, basta não querer o filho, ou abandonar a companheira.

Compreendemos, assim como os autores logo acima, que essa menor rigidez permite que aqueles que se envolvem mais nos cuidados com o bebê/filho, possam não só desfrutar de uma relação mais afetuosa com seus filhos, mas quem sabe até contribuir para formação de crianças e adolescentes menos susceptíveis aos estereótipos envolvidos da paternidade, questões de gênero entre outros. Acelerando exponencialmente, a médio e longo prazo, a desconstrução dessas crenças.

Outra exploração dessa flexibilização foi de Araújo (2005), que diz que compreende os modelos femininos e masculinos não mais tão rígidos nos dias de hoje, surgindo assim diferentes modos de masculinidade e feminilidade, menos conflituosas e que estabelecem uma relação mais justa entre ambos em vários cenários, principalmente nos cuidados e criação dos filhos.

*“Sim, nas formas de educar, se expressar, dar carinho, chamar atenção quando necessário, minha filha retribui todo carinho que recebe a ambos, pois recebe igualmente carinho e educação tanto minha, quanto da minha esposa, neste sentido vejo semelhança comportamental entre ser mãe e ser pai”.*  
(W.A, filha 4 anos)

*“Acredito que sim, não acho que exista papel pré-determinando. Devemos fazer tudo e mais um pouco.”* (P.B., filha de 6 anos e filho de 2 anos)

Apesar de encontrar respostas como as citadas logo acima, ao realizar o caminho inverso e perguntar quanto as diferenças existentes, ou não, nos papéis de pai e mãe (Você vê diferença entre ser pai e ser mãe?). Voltam a aparecer funções, ainda, socialmente aceitas como exclusivamente femininas, como era esperado. Principalmente questões biológicas, mas também surgem funções comportamentais atribuídas as mães, voltando a isentar os pais da responsabilidade e participação na criação.

*“Diferenças entre ser pai e ser mãe em minha opinião existem, mãe tem um modo, mas carinhoso, fala com mais jeito, agrada, o pai tem um jeito mais bruto, mesmo contribuindo com o carinho e a educação fica nítida a diferença”.* (W.A filha 4 anos)

Respostas que colocavam o pai no papel de educador mais severo e a mãe como conciliadora apareceram três vezes. E apenas um entrevistado afirmou que a única diferença é a questão biológica de amamentar. “Acho que não. No começo eu achava que sim, mas com o tempo passei a não acreditar

em diferenças de função, salvo o caso de amamentar" (P.B., filha de 6 anos e filho de 2 anos)

Observou-se, pelas respostas dadas durante as entrevistas, um possível avanço na percepção dos pais em comparação aos papéis sociais que eles próprios atribuem a eles e os que a literatura nos apresentou. No entanto essa mudança é lenta e não acompanham a velocidade das novas demandas. Ao considerar tais questões e suas mudanças, é fundamental compreender a complexidade que envolve tanto o processo de construção, quanto a desconstrução desses papéis que foram instituídos social e historicamente. E compreender principalmente a dificuldade em romper com esses papéis, possibilitando o novo, mesmo quando as referências conhecidas não correspondem mais ao contexto em que se está inserido.

Wagner & Staudt (2008), nos lembram citando Arendt (1999), e Halford, (2006), que esse processo é fonte geradora de angústia e ansiedade, pois os pais estão diante de modelos que não correspondem as suas reais necessidades. A masculinidade, entendida por meio da noção de um modelo construído em um contexto multi-influenciado não é universal, estática - nem pode ser, sua multidisciplinaridade a faz dinâmica - e sim variável através do tempo e do espaço.

Esse possível avanço e essa complexidade propriamente dita, podem ser observados nas entrevistas, em que os pais apresentam suas heranças patriarcais, porém, veem desenvolvendo características que correspondem ao cenário atual, em resposta as mudanças contemporâneas. Principalmente nas que dizem respeito ao papel feminino, que hoje possuem maior liberdade emocional, financeira e sexual. Conquistadas após de diversas lutas por direitos igualitários. Ou seja, essas mudanças que afetam o papel masculino demandando pais mais ativos e participativos na criação dos filhos, nos mostram a importância da mulher como agente alavancadora para o homem mais presente nos cuidados com seus filhos.

Antes de continuar gostaríamos de pontuar, que o presente trabalho não pretende sobrecarregar ainda mais as mulheres/mães com mais tarefas, funções e responsabilidades. Mas sim contribuir para a desconstrução de valores e ideais danosos as relações parentais. E construção de uma

sociedade congruente com suas demandas e papéis sociais. E percebemos na mulher uma importante força para o auxílio nessa árdua tarefa.

Para maior compreensão da mulher como esse agente de mudança do papel social masculino, analisou-se as respostas dadas para a pergunta “Quais as influências da mãe na sua relação com seu filho? ”. Buscando verificar a percepção do homem quanto esse fenômeno.

As respostas variaram quantitativamente entre nenhuma, alguma e bastante influencia. E qualitativamente entre “alguma positiva; nenhuma negativa; as melhores e as piores possível”. 11 dos 19 entrevistados afirmaram que as influências são de algum modo positivas. 1 afirmou que as influencias são as piores possíveis; e um segundo afirmou que sua relação com seu filho não sofre nenhuma influência da mãe, pois foi criado por ele e pela avó. Entre os outros 7 entrevistados, 1 afirmou neutralidade na influência. Vale ressaltar aqui, que tanto o entrevistado que apontou neutralidade na influência, quanto o que a mencionou como a “pior possível”, são dois dos entrevistados que não possuem mais relação conjugal com as respectivas mães.

Os outros 5 entrevistados não responderam com clareza quanto a influência das mães sobre as relações pai e filho, e sim quanto as características dos relacionamentos das próprias mães e seus filhos. Como em: “Muito forte, como ela passa mais tempo com os filhos tem mais chance de educa-los. Então eu acredito que é um relacionamento mais duradouro e mais ténue.” (M., filhos de 34, 32 e 28 anos). Apesar de haver “muito forte” no início de sua resposta a essa questão, a descrição que segue nos parece mais uma justificativa do porquê de ser muito forte, do que responder quais são as influências.

Devido a maior frequência de influências classificadas como positivas nesse maior envolvimento paterno para a relação de criação dos filhos, a análise conjunta dos relatos paternos nos leva a uma percepção otimista, não só a respeito da influência da mãe nessa relação, mas também quanto ao enfrentamento dos ideais cristalizado. Que ocorrem através de incentivos, dicas e ensinamentos. Podendo acarretar até mesmo uma divisão menos notável em alguns aspectos da educação, como em duas respostas em que foram citadas um diálogo entre o casal para decidir quanto à educação, cuidados e responsabilidades que se tem ao criar um filho. “Sim, acaba



influenciando, por que não dá pra eu só querer algo pra Manuela entendeu, as coisas que ela faz no que talvez eu tenha que fazer também, tudo é conversado, em questão de educação.” (R., filha 3 anos)

O que corresponde ao que Monteiro (2010) e Castoldi *et al.* (2014), apontam como apostas das mães no desempenho dos maridos como pais. Atuando assim, como facilitadoras da relação pai-bebê. E essa influência apoiadora da mulher potencializa essa relação, tornando o homem mais participativo na criação do filho. O que a nosso ver não só responde como o ciclo que mantém a mulher como principal responsável pela criação, educação e cuidados com os filhos, como reafirma a importância da mulher como agente dessa mudança. Ou pelo menos como facilitadora. O que se evidencia e se confirma pela frequência de 11 em 19 para a influência positiva das mães nessa relação.

*“Apesar de saber das minhas responsabilidades em ser pai, às vezes levo um puxão de orelha, em algumas decisões na forma de falar com ele, mais admiro o jeito que ela tem de falar com ele, aprendendo muito com isso.” (R.T filho 1 ano e 5 meses).*

Castoldi *et al.* (2014), cita ainda o estudo qualitativo brasileiro de Krob, Silva & Piccinini, (2009), que evidenciou que quando se sentiam pouco estímulo por parte das esposas ou desaprovação das suas condutas com o bebê, os pais tendiam a retrair-se e manter uma relação pai-bebê mais tradicional, distante.

Apesar de notável a importância das influências positivas da mãe nessa relação, que ao facilitar e apoiar o desenvolvimento e envolvimento da relação entre pais e filhos, contribuem não só para a superação das inseguranças paternas, mas também para a desconstrução de valores danosos a parentalidade. “Ela pega firme viu, ela me orienta bastante, mas eu sei basicamente o que eu tenho que fazer agora”. (C.E.V., filhas, 11 e de 6 anos)

É importante tomar cuidado para não responsabilizar ainda mais as mães, atribuindo-as o papel de mães dos seus companheiros.

*“Não tenho nem o que falar dela, além dela ser mãe nova que pra mulher e mais difícil, mais difícil que pra mim, ela esteve sempre do meu lado, todas as decisões tomamos juntos desde o começo, foi mãe, esposa, minha mãe*

*também, as vezes a gente desliza ai ela abre o olho...”  
(F.M., filha de 8 anos)*

O que nos leva a outra problemática, por que o homem contemporâneo se mostra, de certa forma, dependente do incentivo, apoio e até mesmo cobranças das companheiras e respectivas mães?

*“... de forma negativa eu imagino que nenhuma. E positiva é mais isso, ela fica influenciando eu estar com eles direto, participar da vida deles, reunião da escola a gente vai junto, festinha da escola a gente tá sempre presente. Ela sempre influenciou eu estar mais junto com eles”. (F., dois filhos de 5 anos e 1 ano e 3 meses)*

Compreendemos que parte da explicação deste fenômeno está nos próprios valores e ideais citados até aqui quanto os papéis socialmente aceitos. Mas acreditamos ter mais fatores envolvidos do que os abordados pela presente pesquisa.

O que nos leva a outro importante aspecto a ser considerado sobre o homem/pai contemporâneo. Que ao tentarem exercer sua paternidade de forma mais igualitária enfrentam resistência também no âmbito legal. Ao lermos a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT, 2005), por exemplo, encontramos uma disparidade em relação às licenças-maternidade e paternidade, com 120 e 5 dias de licença concedidos, respectivamente. Vale lembrar que até o ano 2005, esse direito não era dado aos homens. Enquanto a mulher já estava amparada pela lei e responsabilizada pelo senso comum, de que a ela compete a tarefa de cuidados/educação dos filhos (WAGNER, 2002). Compreendemos que o aspecto legal também contribuiu para a sustentação desse modelo cristalizado de parentalidade, pois se encontram embasada pela dicotomia dos gêneros masculino e feminino (DEUTSCH, 2001).

Buscando uma melhor compreensão sobre esse aspecto e a percepção dos pais sobre ele, elaboramos a seguinte questão: “Qual sua percepção sobre políticas públicas empregatícias e a paternidade?”. No entanto, durante as entrevistas ao realizarmos a pergunta, houve quase sempre a necessidade de explicar do que se tratava a questão, demonstrando que sua elaboração tenha sido falha. O que pode ter comprometido as respostas obtidas em relação ao que se pretendia responder.

De qualquer forma. 11 dos 19 entrevistados demonstraram alguma percepção quanto as políticas empregatícias. Enquanto os outros 8, ou deram respostas que julgamos equivocadas, e atribuímos ao fato da pergunta ter sido mal elaborada, ou afirmaram não possuir percepção de, ou ainda, do que se tratam as políticas públicas e empregatícias. “Sinceramente, tenho bem pouca percepção com relação a isso.” (P.B., filha de 6 anos e filho de 2 anos).

Notamos uma certa confusão quanto o que veem a ser as políticas públicas nas respostas de alguns candidatos. Nós a compreendemos como ações ou programas desenvolvidos pelo Estado, entidades públicas ou privadas, para assegurar a cidadania, direitos ou deveres à sociedade.

*“É uma linha muito tênue. Eu acho que a interferência do estado ta muito grande na questão da educação dos filhos. Eu aprendi que a educação vem de casa então não quero que ninguém substitua esse papel. Mas eu entendo o lado também que muitas famílias hoje em dia que não querem essa responsabilidade e querem deixar pro estado, ai fica uma relação bem política mesmo entre família, seus filhos e estado...” (L., filha 3 anos)*

*“As políticas públicas que o governo estabelece para nós. Eu acredito que valoriza muito a família. Inclusive as políticas públicas só tomam conta do menor infrator depois que a família esgota tudo que pode fazer. Então pra mim está correto...” (M., filhos de 34, 32 e 28 anos).*

Partindo do problema com a elaboração da questão, em conjunto com essas repostas. Observamos uma carência de informações, estudos ou atenção propriamente dita, para o que são, para servem, para quem são/estão direcionadas as políticas públicas. E não só quanto a paternidade, mas num âmbito geral.

Quanto as onze respostas que trouxeram alguma percepção sobre as políticas públicas e empregatícias. Existe uma certa unanimidade de citações da licença paternidade, dez de onze. Muito disso se deve ao fato de como explicávamos a questão, usando-a como exemplo.

Nessas respostas, percebe-se que a maioria deles acredita que o período de cinco dias é suficiente, no entanto poderia sim ser maior. Mas para que a mãe pudesse receber mais ajuda nesse período puerperal.

*“Eu não vejo como problema a questão dos 5 dias, poderiam ser mais do que 5 dias, até porque pela ajuda. Por exemplo ela fez cesariana, então querendo ou não ela tinha várias outras limitações, como passar pano no chão. Apesar de eu ter ficado esses cinco dias, o resto dos outros dias ela teve que se virar e fazer. Eu acho que um pouco mais de tempo até pela recuperação dela deveria aumentar. Mas eu não vejo como um problema não, mas na questão de 6 meses eu acho justo. Até porque no começo a criança depende muito mais da mãe nessa primeira fase. ” (F. dois filhos, 5anos e 1ano e 3 meses)*

Essa resposta ilustra bem o que temos discutido e observado durante toda a elaboração do presente trabalho. Ainda não há a atribuição do cuidar ao papel social do pai de forma clara e geral. O que ainda se observa é essa atribuição à mãe. A ponto de justificar um período maior de licença para ajudá-la e não para a relação pai-bebê. Ainda nesse sentido observou-se também, “Acho que pro pai cinco dias é o suficiente, não vejo motivos pra mudar. Não tenho conhecimento das políticas públicas, e acredito que pro pai não tem necessidade. ” (W.A. filha 4 anos).

Mesmo nas literaturas utilizadas como base, pouco se encontrou a respeito das políticas públicas e empregatícias, salvo uma breve comparação ao modelo de licença de Portugal, no qual o pai e a mãe podem dividir a mesma licença, o que não é bem visto. Pois submete o pai a repercussões como o rompimento de contratos trabalhistas e dificuldades na progressão profissional, ou seja, prejudica sua carreira profissional. Ou seja, a mesma pressão que afeta as mulheres aqui sobre nossa licença maternidade. Outro exemplo encontrado é da Suíça, que foi o primeiro país definir a licença maternidade como um benefício remunerado para ambos os gêneros. O que permitiu não só uma equidade entre os sexos no que tange as responsabilidades e cuidados com os filhos, mas também uma escalada nos benefícios, como licenças mais flexíveis e longas que visem suprir as demandas sociais/familiares (Arruda e Lima, 2013).

Deixando claro para nós, que a mudança social esperada não depende somente de as mães incentivarem os pais. Mas também de condições menos incongruentes, fornecidas pelo estado e constituição, a essa demanda de um homem mais participativo na criação dos filhos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração aspectos que foram observados nesse estudo, discutiu e refletiu-se sobre o tema chegando a algumas conclusões sobre o contexto em que ocorre e se vivencia o processo de paternidade: as responsabilidades socialmente impostas; a influência da transgeracionalidade; as diferenciações e papéis sociais por gênero; a disparidade em relação aos direitos trabalhistas e ausência de suporte e conhecimento no âmbito das políticas públicas para os pais.

Observou-se que a compreensão da dinâmica familiar é fundamental para conhecer as gerações anteriores e também entender como ela se caracterizará no futuro. Que as heranças estão inevitavelmente relacionadas à estrutura familiar, ou seja, os valores passados e o tipo de relação estabelecida pelos pais na infância impacta diretamente as relações futuras, pois enquanto alguns pais e mães tendem a repetir o que lhes foi ensinado, outros se empenham justamente no contrário, buscando não repetir aquilo que julgam improprio, erro ou ter sido equivocados da criação que tiveram. Evidenciado pelos relatos dos que utilizam suas vivências, que julgaram positivas, de afetividade/cuidado com seus pais para criarem seus filhos, utilizando o espelhamento. E pelos relatos dos que utilizam das experiências negativas para criar um modelo de criação diferente ou completamente inverso do que viveu.

Outro fator observado, é que apesar da contemporaneidade e frequência das discussões sobre diferenças de gênero, pouco se avançou nesse sentido e os estereótipos relacionados à diferença de sexo ainda se mostram presentes e decisivos nas relações e no que tange as atribuições sociais do pai/mãe. Pela frequência em que os relatos atribuíam cuidados e afeto, para com os bebês, às mães. Justificando pela amamentação.

Observou-se também, uma certa contradição quanto o movimento atual de maior participação dos pais e a rigidez dos ideais cristalizados que constituem as diferenças entre de papéis sociais. Principalmente quando questionados a respeito das semelhanças, que os entrevistados afirmavam existir, mas ao discorrerem sobre, acabavam por definir e exemplificar diferenças já mencionadas.

Através dos relatos de maior cobrança das mães para que os pais sejam presentes e participativos, associados aos relatos de maior participação dos pais na presença dessas cobranças e incentivos. Percebe-se a mulher como um potente agente de mudança para a relação entre o pai e o filho. Evidenciado pelo estudo qualitativo brasileiro que concluiu que: quando não se sentem estimulados, ou repreendidos pelas parceiras quanto aos cuidados com os bebês, os pais tendem a retrair-se e manter uma relação pai-bebê mais tradicional e distante.

Como compreendemos que a mulher é sobrecarregada pelo a disparidade dos papéis sociais, reiteramos que o presente trabalho não pretende sobrecarregá-las ainda mais ao afirmá-las como potente agente de mudança. E sim, lançar luz para algo que pode acelerar o processo de mudança e desconstrução dos ideais cristalizados que verdadeiramente sobrecarregam as mães. Que é a sua importância nesse processo de transformação.

Diante da frequência das respostas que trouxeram o medo e variáveis como sentimento ao tornar-se ou descobrir a paternidade, e por crer que ele é oriundo do novo e das mudanças, associando-os a falta de conteúdo literário e científico que aborde a paternidade. A fim de diminuir as angústias geradas e relatadas nesse momento, combater essa falta de informação e conhecimento sobre a paternidade através da produção de mais pesquisas se faz necessário.

Acreditamos na relevância das mesmas, ainda mais no que tange os deveres do estado, os papéis da sociedade para tal e a assistência por parte dos órgãos públicos e suas políticas a paternidade. Já que, o desconhecimento sobre estes assuntos ficou evidenciado não só pelas respostas de compreensão rasa, ou nenhuma, dos entrevistados. Mas também pela dificuldade que encontramos ao elaborar questões que abordassem e contribuíssem na investigação desse aspecto. O que definitivamente afetou os resultados encontrados quanto as políticas públicas e empregatícias. Uma vez que se fez necessário explicar as questões referentes com frequência.

O que acreditamos, por si só já viabilizar novas pesquisas na área. Outro fator levado em conta sobre a viabilidade e relevância, é o fato da amostra ter sido restrita, pois além de terem sido entrevistados somente alunos universitários, o que não corresponde a uma amostra congruente quanto a

população de pais brasileira, estes eram alunos de uma universidade privada. O que, acreditamos, descaracteriza ainda mais a amostra utilizada. Outro fator que pode ter influenciado nos resultados encontrados pela presente pesquisa é a relação pais que mantem relação conjugal com as mães da amostra.

Apesar dessas considerações, acreditamos que a importância desse artigo reside em evidenciar a complexidade e multifatorialidade que implicam no papel do homem na atualidade, e dos fatores psicossociais que operam sobre a transição para a paternidade, a fim de contribuir com estudos posteriores, com o próprio público estudado e, porque não, com as mães.

Concluímos que o presente trabalho contribuiu para um amplo aprendizado a respeito da paternidade e dos fatores envolvidos. Através da observação e compreensão da teoria na prática no que tange a práxis do tornar-se pai.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARRUDA, S.L.S.; LIMA, M.C.F. O novo lugar do pai como cuidador da criança. **Est. Inter. Psicol.**, Londrina, v.4, n.2, p.201-216, dez 2013.

BOTTON, A. et al. Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. **Pensando famílias**, v.19, n.2, p.43-56, 2015.

CARVALHO, G.M.M.de. O Nome-do-Pai na contemporaneidade: a violência na relação do sujeito com a falta. **Rev.Mal-EstarSubj**, Fortaleza, v.13, n.3-4, p.555-572, dez 2013.

CASTOLDI, L.; GONCALVES, T.R.; LOPES, R.deC.S.. Envolvimento paterno da gestação ao primeiro ano de vida do bebê. **Psicol. Estud.**, vol.19, n.2, 2014

FALCKE, D.; WAGNER, A. A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição de conceitos. In: WAGNER, A. (Org.). **Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

FARIA D.L.de. A paternidade de filhos adolescentes: a crise do meio da vida e o processo de individuação masculino. **Bol. psicol**, São Paulo, v.57, n.126, p.107-118, jun 2007.

FÉRES-CARNEIRO, T.; HENRIQUES, C.R.; JABLONSKI, B.. Um jogo interativo: a relação entre pais e filhos adultos no cotidiano familiar contemporâneo. **Rev. Psico** (Porto Alegre); 42(2): 236-245, abr-jun 2011.

HENNIGEN, I. A família que aparece na mídia: hegemonia de um modelo. **Rev. Psico** (Porto Alegre); 39(2): 166-174 abr.-jun. 2008.

JACOB, C.A.; COHEN, R.H.P.O Sujeito contemporâneo: um recorte psicanalítico. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v.10, n.2, p.537-554, jun 2010.

- JAGER, M.E.; BOTTOLI, C. Paternidade: vivência do primeiro filho e mudanças familiares. **Psicol. teor.prat.**, São Paulo, v.13, n.1, p.141-153, 2011.
- KROB, A.D., SILVA, M.R., PICCININI, C.A. A transição para a paternidade: da gestação ao segundo mês de vida do bebê. **Psicologia USP**, 20(2), 269-291,2009
- MELAZO, A.P.S.F.; PARAVIDINI, J.L.L. O discurso solidário diante das novas formas de subjetivação. **Rev. Mal-Estar Subj**, Fortaleza, v.12, n.1-2, p.101-134, jun 2012.
- MONTEIRO, L., FERNANDES, M., VERISSIMO, M., COSTA, I., TORRES, N.; VAUGHN, B. Perspectiva do pai acerca do seu envolvimento em famílias nucleares: Associações com o que é desejado pela mãe e com as características da criança. **Rev Interamericana de Psicologia**, 44(1), 120-130, 2010.
- MORAES, C.J.A., & GRANATO, T.M.M. Tornando-se pai: uma revisão integrativa da literatura sobre a transição para paternidade. **Maringá: Psicologia em Estudo**, 2016.
- OLIVEIRA, Aline Grazieli de; SILVA, Rosanna Rita. Pai contemporâneo: diálogos entre pesquisadores brasileiros no período de 1998 a 2008. **Rev. Psicol. argum**; 29(66): 353-360, jul.-set. 2011.
- RAMIRES, V.R. **O exercício da paternidade**. R.de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- REZENDE, A.L.; ALONSO, I.L. O perfil do pai cuidador. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**. 5 (1/2), 66-8, 1995.
- SANTOS, S.C.; KREUTZ, C.M. O envolvimento do pai na gestação do primeiro filho. **Pensando famílias**, 2014, 18(2), 62-76.
- SILVA, M.R; PICCININI, C.A. Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. **Estud.Psicol.(Campinas)**, v.24, n.4, p.561-573, 2007.
- ROSA, M. Ser um homem segundo a tradição. **Fractal, Rev. Psicol.** Rio de Janeiro, v.20, n.2, p.437-445, dez 2008.
- STAUDT, P.C.A; WAGNER,A. Paternidade em tempos de mudança. **Psicologia: Teoria e Prática**. Porto Alegre. v. 10, n. 1, p. 174-185, jun, 2008.
- URRIBARRI, F. André Green: o pai na teoria e na clínica contemporânea. **J. psicanálise.**, São Paulo, v.45, n.82, p.143-159, jun 2012.